

# SELEÇÃO PÚBLICA

## Estágio remunerado - Direito

### INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

### Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).





PROVA OBJETIVA
----------------

**DIREITO ADMINISTRATIVO****1. Com reação aos princípios da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal, analise os itens a seguir:**

- I. Princípio da legalidade.
- II. Princípio da impessoalidade.
- III. Princípio da moralidade.
- IV. Princípio da publicidade.
- V. Princípio da eficiência.

Assinale

- A) se somente o item I e III estiverem corretos.
- B) se somente os itens II e IV estiverem corretos.
- C) se somente os itens I, II, III e V estiverem corretos.
- D) se todos os itens estiverem corretos.

**2. São atributos do ato administrativo, EXCETO:**

- A) Imperatividade.
- B) Finalidade.
- C) Presunção de legitimidade.
- D) Auto executoriedade.

**3. Conforme as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), assinale a alternativa CORRETA:**

- A) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- B) a ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

C) as disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa ou culposamente para a prática do ato de improbidade.

D) em virtude do princípio da intrascendência da pena, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de repará-lo, nem mesmo na hipótese de herança ou de transferência patrimonial.

**4. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), são modalidades de licitação, EXCETO:**

- A) pregão.
- B) leilão.
- C) diálogo competitivo.
- D) tomada de preços.

**5. Com relação à responsabilidade civil do Estado e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) as ações indenizatórias decorrentes de violação a direitos fundamentais ocorridas durante o regime militar são prescritíveis, aplicando - se o prazo quinquenal previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932.
- B) a Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- C) é objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.
- D) o Estado possui responsabilidade objetiva nos casos de morte de custodiado em unidade prisional.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****6. No artigo 5º da Constituição Federal de 1988 encontra-se o arcabouço do ordenamento jurídico brasileiro quanto aos Direitos e**

**Garantias individuais. Com base nesses direitos e garantias, marque a alternativa CORRETA:**

- A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, com exceção de mulheres que desejem fazer concurso público, pois precisarão de autorização do marido ou companheiro;
- B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- C) é garantido o direito de propriedade; com exceção da propriedade adquirida com recursos decorrentes de herança;
- D) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos crimes contra a honra.

**7. Quanto à organização política, qual o item CORRETO:**

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos, nos termos da Constituição Federal;
- B) Brasília, no ano de 2025, não mais será a Capital Federal, consoante o Ato das Disposições Transitórias da Constituição;
- C) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar. Ainda temos no Brasil, 3 ( três ) territórios: Fernando de Noronha, Rondônia e Acre;
- D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou se desmembrar para se anexarem a outros ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

**8. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos seus fundamentos:**

- A) A dignidade da pessoa humana;
- B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- C) Igualdade entre os Estados;
- D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

**9. Marque o item CORRETO:**

- A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- C) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.
- D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

**10. Marque o item INCORRETO:**

- A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- C) É competência privativa da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- D) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação;

## **DIREITO CIVIL**

**11. São incapazes, relativamente, a certos atos ou a maneira de exercê-los, EXCETO:**

- A) os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mesmo que casados;
- C) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- D) os pródigos.

**12. Sobre os contratos, marque o CORRETO:**

- A) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido;
- B) É válida a doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, considerando-se adiantamento do que lhes cabe por herança;
- C) A liberdade contratual sobrepõe-se aos limites da função social do contrato;
- D) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção máxima e ampla revisão contratual.

**13. Sobre o direito de filiação, marque o CORRETO**

- A) Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à origem da filiação;
- B) Os filhos adotivos somente herdam metade do que couber ao filho biológico;
- C) O filho havido fora do casamento não pode pedir pensão alimentícia aos pais;
- D) Os filhos havidos por fecundação artificial somente são reconhecidos após processo judicial;

**14. No que diz respeito aos vícios**

**redibitórios e sua respectiva disciplina legal, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) Ocorrendo vício redibitório pode o adquirente rejeitar a coisa ou conservar o bem e reclamar abatimento no preço sem acarretar a redibição do contrato, através da ação estimatória ou *quanti minoris*.
- B) Se a coisa vier a perecer em poder do alienatário, em razão do defeito já existente ao tempo da tradição, o alienante não terá de restituir o que recebeu.
- C) Se o alienante tinha ciência do vício oculto, deverá restituir o que recebeu, sem perdas e danos.
- D) São defeitos ocultos existentes na coisa alienada, objeto de qualquer tipo de contrato.

**15. Identifique abaixo hipótese de responsabilidade civil subjetiva, de acordo com as normas de direito civil brasileiro:**

- A) a responsabilidade dos donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos danos ocasionados por seus hóspedes.
- B) a responsabilidade do empregador, por atos cometidos por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- C) a responsabilidade dos pais, por danos ocasionados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- D) a responsabilidade do motorista, por acidente de trânsito decorrente do avanço de sinal vermelho.

## **PROCESSO CIVIL**

**16 – Sobre o cumprimento de sentença, assinale a opção INCORRETA:**

- A) No cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de pagar quantia certa, o executado é intimado para pagar o débito no prazo de 15 dias, acrescido

de custas, se houver. Caso não haja o pagamento no referido prazo legal, o débito será acrescido de multa de 10% e honorários advocatícios de 10%.

B) Na impugnação ao cumprimento de sentença, o executado poderá alegar, dentre outras hipóteses, a falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.

C) O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo.

D) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz não poderá, de ofício, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

### **17 – Sobre recursos, assinale a opção**

#### **CORRETA:**

A) Dos despachos cabe recurso.

B) Não cabem embargos de declaração para corrigir mero erro material.

C) O Agravo de Instrumento é dirigido diretamente ao tribunal competente.

D) A Apelação é dirigida diretamente ao tribunal competente.

#### **18- Assinale a alternativa CORRETA:**

A) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa;

B) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;

C) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta;

D) incompetência será alegada como questão preliminar de contestação, salvo se for relativa.

#### **19- Assinale a alternativa INCORRETA:**

A) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;

B) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente;

C) A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei;

D) É admissível a denunciação da lide promovida apenas pelo autor do processo.

#### **20- Assinale a alternativa INCORRETA:**

A) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.;

B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade;

C) A intimação será feita por oficial de justiça quando frustrada a realização por meio eletrônico ou pelo correio;

D) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

### **DIREITO PENAL**

#### **21. Considerando as causas excludentes da ilicitude e da culpabilidade, é CORRETO afirmar que:**

A) De acordo com o Código Penal, aquele que pratica o fato em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico não é punido criminalmente;

B) Apresenta-se como causa excludente da ilicitude a inimputabilidade;

C) Sebastião, penalmente imputável, praticou conduta sob absoluta e irresistível coação física, crime de

extrema gravidade e hediondez. Nessa situação, Sebastião não será punido tendo em vista que a coação física, desde que absoluta, é causa de exclusão da culpabilidade;

D) O excesso culposo não é punível no exercício regular de direito.

**22. NÃO está presente no princípio da insignificância:**

- A) Presença da tipicidade formal;
- B) Presença da tipicidade material;
- C) mínima ofensividade da conduta;
- D) ausência de periculosidade social da ação.

**23. De acordo com a exceção de Romeu e Julieta no crime de estupro:**

- A) é suficiente o consentimento da relação;
- B) somente ocorre quando a diferença de idade for de até 5 (cinco) anos e houver consentimento;
- C) é aceito pela legislação brasileira;
- D) é aceito quando houver grave ameaça.

**24. Sobre os crimes contra o patrimônio, PODEMOS AFIRMAR:**

- A) Se o criminoso é primário e o objeto furtado for de pequeno valor, o juiz pode isentar o réu de pena;
- B) No roubo, não implica aumento de pena se a violência é exercida com emprego de arma de fogo;
- C) a energia elétrica não pode ser equiparada a coisa alheia móvel para configurar crime de furto;
- D) Subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel, mediante concurso de duas ou mais pessoas é tipificado pelo Código Penal como furto qualificado

**25. Nos termos do art. 28 da chamada Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), o “uso de drogas ilícitas” é considerado um tipo penal. Segundo a doutrina e a jurisprudência dominantes, o tipo penal destacado acima possui natureza sui generis, ou seja, é um tipo penal peculiar, diferente dos demais, pois em que pese ser**

**considerado conduta criminosa, o uso de drogas ilícitas não possui a aplicação das penas convencionais, especialmente, da pena privativa de liberdade. A partir de então, e entendendo que o uso de drogas ilícitas é identificado pela legislação supracitada como uma conduta delitiva, analise as penas elencadas abaixo e assinale aquela que NÃO aparece como possível de ser aplicada ao usuário de drogas ilícitas, conforme determinado pela Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).**

- A) advertência acerca dos efeitos das drogas;
- B) prestação de serviços à comunidade;
- C) multa;
- D) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo

**PROCESSO PENAL**

**26. Assinale a única alternativa CORRETA em relação ao Habeas Corpus:**

- A) Em qualquer situação, no caso de concurso de agentes, a decisão favorável que um dos réus conseguir no julgamento de seu habeas corpus, aproveitará aos demais corréus.
- B) O fato de o denunciado ter aceitado a proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo Ministério Público constitui empecilho para que seja proposto habeas corpus em seu favor, no qual se pede o trancamento da ação penal.
- C) O preso, sem assistência de advogado, pode impetrar habeas corpus
- D) Não é possível o trancamento da ação penal de competência do Tribunal do Júri por meio de Habeas Corpus;

**27. Sobre as nulidades ocorridas na instrução criminal do processo ordinário, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o

processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

B) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

C) As nulidades relativas devem ser arguidas até as alegações finais.

D) As nulidades relativas devem ser arguidas até o momento em que se dá a ciência da sentença.

**28. Sobre o processo penal e o inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:**

A) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais de direito, não sendo admitida a aplicação analógica.

B) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, prejudicando a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, dentre outras tarefas, colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia seguinte ao que for executada a ordem de prisão.

**29. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:**

A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

B) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, inclusive quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas

puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

C) Se a infração deixar vestígios ou não, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

D) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

**30. Sobre a prisão e as outras medidas cautelares, assinale a resposta CORRETA:**

A) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

B) Considera-se em flagrante delito somente quem está cometendo uma infração penal ou acaba de cometê-la.

C) Dentre outros requisitos, será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 2 anos.

D) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar nos casos de crimes cometidos crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

**PROVA SUBJETIVA**

1. De acordo com os ensinamentos da Teoria Geral do Processo, a petição inicial é o ato escrito que instaura o processo, a partir da provocação do autor. Além de instaurar o processo, a petição inicial deve obedecer a determinados parâmetros, ou seja, tem a finalidade de fixar o limite da prestação jurisdicional que se deseja. Por conseguinte, a petição inicial define os contornos da solução de mérito. Com base no exposto, responda:

a) qual a principal função definidora da petição inicial;

---



---



